



DINÂMICA POPULACIONAL DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS DA REGIONAL DO BAIXO ACRE

CARLOS ALBERTO FRANCO; DEMERSON DE SOUZA LIMA;

UFAC

RIO BRANCO - AC - BRASIL

franco@hotmail.com

APRESENTAÇÃO ORAL

Desenvolvimento Rural, Territorial e regional

Dinâmica populacional dos projetos de assentamentos da Regional do Baixo Acre

Grupo de Pesquisa: Agricultura Familiar e Ruralidade

RESUMO

O propósito deste trabalho é tecer algumas considerações sobre a dinâmica populacional em quatro projetos de assentamento da microrregião do Baixo Acre e suas implicações no desenvolvimento regional, buscando a compreensão a respeito dos agentes econômicos e sua relação com o êxodo rural, movimento migratório e a influência dos aspectos de infraestrutura exercidos pela capital do Estado do Acre, Rio Branco. No primeiro momento o estudo apresenta o cenário que o desenvolvimento regional transcorre na formação do novo rural brasileiro. Na parte seguinte aborda as vertentes do processo migratório para formação da dinâmica populacional da Amazônia, assim como do Estado do Acre. Por fim, faz-se uma análise da dinâmica populacional de quatro os projetos de assentamentos ao entorno da cidade de Rio Branco e suas relações com desenvolvimento regional.

Palavra chave: Desenvolvimento regional, dinâmica populacional, Rio Branco.

ABSTRACT:

The purpose of this work is to make some considerations on the population dynamics in four projects in the micro settlement of the state of Acre and its implications on regional development, seeking understanding about the economic agents and their relationship



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



with the rural exodus, migration and the influence of aspects of infrastructure exercised by the capital of the state of Acre, Rio Branco. In the first time the study presents the scenario that the regional development transcorre the formation of the new rural Brazil. In part deals with the following aspects of the migration process for formation of the population dynamics of the Amazon, as well as the state of Acre. Finally, it is an analysis of population dynamics of four projects in the settlements around the city of Rio Branco in its relations with regional development.

Key word: Regional development, Population Dynamics, Rio Branco.

INTRODUÇÃO

A formação do espaço regional brasileiro vem passando por processo que envolve profundas mudanças políticas, sociais e ambientais na sua estrutura fundiária que foram impulsionadas para consolidar estratégias de políticas de integração nacional. Estas ações tiveram a ação estatal como mola propulsora resultando expansão da frente pioneira para os lugares mais remotos do país transformando profundamente a estrutura fundiária através da expansão da fronteira agrícola.

A população no Estado do Acre tem sua formação diretamente ligada a fatores econômicos, sociais e culturais transcorridos nos vários ciclos econômicos no decorrer de sua formação histórica, os quais atraíram diversos fluxos migratórios para região, principalmente para o meio rural. Esses processos fizeram com que os índices populacionais fossem aumentando progressivamente, adicionando identidades e características humanas na população regional de grande importância para construção da sociedade acreana.

Entre os fluxos migratórios ocorridos na região, em tempos mais recentes, está ligado ao ciclo econômico o ocorrido nas décadas de 70 e 80 para implantação agropecuária na Amazônia Ocidental. Estes aspectos da colonização oficial modificaram de maneira significativa a estrutura fundiária na região após de diversos conflitos terra ocorridos no campo e acarretou a criação de diversos projetos de assentamentos e áreas de preservação ambiental.

Neste contexto, o objetivo do trabalho é abordar o cenário em que desenvolvimento regional transcorre na formação do novo rural brasileiro, discutindo particularmente a dinâmica populacional dos projetos de assentamentos ao entorno da cidade de Rio Branco e suas relações com o desenvolvimento regional rural. No primeiro momento explanamos os novos atores que configuram o desenvolvimento rural, para em seguida analisar a dinâmica populacional de quatro projetos de



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



assentamentos implantados pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) no Estado do Acre na década de 90. O estudo tem como base dados dos Planos de Reforma de Assentamento (PRA) dos projetos de assentamentos, PA Baixa Verde e PA Colibri, localizados no município de Rio Branco; PA Limeira, localizado no município de Senador Guimard e o PA Triunfo, localizado no município de Plácido de Castro. O estudo se justifica por se propor uma melhor compreensão da dinâmica populacional destes assentamentos que receberam fluxos migratórios de diversas regiões do Estado e do país, influenciando a formação de identidades e costumes que respaldam nas condições sociais, do trabalho agrícola retratando as múltiplas complexidades do desenvolvimento rural regional.

1. DESENVOLVIMENTO REGIONAL E O NOVO RURAL NA AMAZÔNIA

A distribuição e a geração equitativa de renda estão intimamente inclusas nas premissas do conceito de desenvolvimento regional rural. O desenvolvimento, desta forma, pode ser definido como um processo que possibilite o ser humano adquirir as condições necessárias para se alcançar uma melhor qualidade de vida. Muitos estudiosos associam desenvolvimento como estância específica do crescimento econômico inserido dentro de mudanças da estrutura funcional da economia que muitas vezes não retratam a verdadeira realidade socioeconômica da população. (SINGER, 1998).

Logo, as novas tendências do desenvolvimento inserem o ser humano como centro do desenvolvimento socioeconômico, envolvendo as premissas ambientais e políticas nas suas diretrizes de planejamento e gestão, na tentativa de atenuar a dívida social na grande parte da população. Desse modo, vislumbram-se alternativas de desenvolvimento que associam as condições locais que envolvam diversos atores públicos, privados e sociais na busca de políticas públicas de distribuição de renda, segurança alimentar e garantia dos serviços sociais básicos.

Consequentemente, o desenvolvimento rural não pode ser entendido simplesmente como crescimento agrícola e econômico. Deve abranger perspectiva mais ampla, no sentido de se atingirem metas no campo social, com ênfase na distribuição equitativa. Entre essas metas, deve-se seguir a criação de mais oportunidades de emprego, tanto na área rural como fora dela, bem como o acesso a uma educação formal e informal para adultos e crianças que tenha relevância direta para as necessidades e aspirações dos habitantes do campo. (SILVA, 1998, p.78)



O equilíbrio entre o crescimento socioeconômico e distribuição equitativa de renda que permeiam o desenvolvimento regional, tem na relação de interdependência entre o campo e a cidade sua concretização territorial para transformações tecnológicas e produtivas destes espaços. Pois, o paradigma urbano e rural se entrelaça nas premissas do desenvolvimento regional, onde isoladamente, ambos não podem ser auto-suficientes, desempenhando relações recíprocas de interdependência entre produção, beneficiamento, comercialização e consumo de matérias-primas e de serviços.

O cenário moderno do meio rural, muitas diretrizes são impulsionados pela ação estatal que direciona suas ações para definir as estratégias desenvolvimento focadas no âmbito de créditos, assistência técnica, investimentos agroindustriais, além da infraestrutura de armazenamento, escoamento e comercialização e diversificação da produção agrícola na tentativa de possibilitar a população o direito a terra e ao trabalho, através do desenvolvimento rural. A intervenção estatal, neste contexto visa diminuir os fortes desequilíbrios e desigualdades inter e intra-regionais concretizadas nas diversidades dos territórios.

O desenvolvimento regional se sustentaria no uso de bens e serviços do meio ambiente físico e social e não só no uso da terra, formando parcerias com base local, concretizando-se como uma ferramenta de regulamentação do uso do território na busca de uma nova racionalidade. Neste contexto, Becker (1995, p.55), assinala ainda que, “o desenvolvimento sustentável constitui a face territorial da nova forma de produzir, a versão contemporânea da teoria e dos modelos de desenvolvimento regional”.

No decorrer deste processo, o espaço rural ganha novos atores delineando formas de desenvolvimento que nem sempre estão ligadas atividades agrícolas justificadas pela deficiência do setor público. As antigas premissas do processo produtivo baseada na terra, capital, trabalho abre espaço para uma nova reorganização do espaço rural para atuação de novas atividades e ocupações que originaram a chamada ‘renda não agrícola’ originárias de outras fontes de rendas que não estão diretamente ligadas ao setor agrícola.

Veiga (2005) argumenta que o novo rural engendra uma ruralidade que valoriza espaço local com novas alternativas de renda ligadas à mobilidade de deslocamentos da população “curtos ou longos, reais ou virtuais” ou em formas de lazer que reportam as sensações de liberdade em espaços de beleza do meio ambiente ligadas diretamente a uma melhor qualidade de vida e valoração da natureza.

O novo espaço rural abre caminhos heterogêneos para diversidade produtiva, através de fontes de rendas alternativas que são impulsionadas principalmente pela não sustentação econômica da agricultura familiar no moldes tradicionais. Esta reorganização espacial agrícola oportuniza novas possibilidades de desenvolvimento rural através de fontes de rendas alternativas como venda da mão-de-obra melhor qualificada e novos postos de trabalho em atividades agrícolas e não agrícolas através de pluriatividades que incrementam a renda familiar.

Silva (1997) aduz que “há um conjunto de atividades não-agrícolas tais como a prestação de serviços (pessoais, lazer ou auxiliares das atividades econômicas), comércio e a indústria que responde cada vez mais pela nova dinâmica populacional no espaço rural brasileiro”, por configurarem-se em fontes rendas alternativas pluriativas, redesenhando um novo cenário no meio rural.



Para Sacco dos Anjos (2005), o crescimento de atividades pluriativas justifica-se pelo declínio da rentabilidade da produção familiar no moldes tradicionais que não capazes de absorver inovações tecnológicas do sistema capitalista moderno de produção que reduz a força da mão-de-obra. O mesmo autor destaca que entre as rendas não provenientes diretamente ligada ao setor agrícola destaca as ocupações remuneradas na condição de empregado, empregador ou por conta própria que são realizadas dentro ou fora da unidade produtiva rural. Nesse passo, a população rural vê-se obrigada a procurar novas alternativas de renda ou migrar para outras regiões que disponibilizam estas oportunidades.

(...) considera-se o fenômeno migratório como resultante do inter-relacionamento que se processa entre as forças de atração e expulsão que atuam nas regiões de saída e chegada dos migrantes. Em geral, os indivíduos são expulsos das áreas rurais por fatores, tais como sistema de exploração de terra, termos de trocas desfavoráveis etc. Já fatores de atração são: emprego, educação, habitação etc. (MILONE, 1991, p.42).

Entre as razões que influenciaram este processo, está migração inter-regional entre várias regiões brasileiras que vem modificando profundamente sua estrutura fundiária. A mobilidade espacial da população rural também vai estar relacionada com esses aspectos, uma vez que as mesmas vêm na busca de melhores condições de vida, oportunidades de sobrevivência que muitas vezes não contempladas no local de origem, originando um tipo de exclusão social, que incita novos os deslocamentos humanos num contexto rural-urbano e vice-versa.

Desta forma, o desenvolvimento regional no espaço rural está sendo influenciado por diversos fatores, entre eles, o movimento populacional, modernização do setor agrícola e políticas públicas institucionais que incitam a população rural a procurar novas alternativas de renda. Estes fatores delineiam uma nova dinâmica populacional rural, que terá efeito direto no desenvolvimento socioeconômico adquirindo traços essenciais da tecnologia moderna para sua concretização. (SINGER, 1988).

Nas últimas décadas do século XX, a Amazônia é inserida no processo nacional geopolítico de desenvolvimento aliado a fontes de financiamentos externos. Estes aspectos estavam induzidos a ocupar em grande escala uma das últimas fronteiras de recursos naturais através de projetos de ocupação e desenvolvimento humano que não tiveram os êxitos esperados. Neste sentido, um contingente populacional vem sendo incitado a desloca-se para confins menos povoados como as regiões norte e centro-oeste do país, com a finalidade de ocupar a última fronteira agrícola com promessas de reforma agrária, acesso a terra e desenvolvimento do meio rural.

Desse modo, no processo de ocupação da Amazônia conjugaram-se e potencializaram-se uma ocupação planejada e estimulada pelo Estado, com atração espontânea que os recursos naturais exercem, que seja sobre aqueles que dispõem de capital e desejam investir, que seja pelos desprovidos que se dirigem para a região em busca de oportunidades de trabalho. (...), a migração espontânea ou estimulada



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



por empresas de colonização e pelo Estado para Amazônia transferiu para a Região conflitos por terra que aconteciam nas regiões de origem dos migrantes. Hoje, esses conflitos agravam-se com a expansão dos agronegócios na própria Amazônia, que expulsam os antigos migrantes, colonos e assentados e não absorvem os novos, ao se implantarem com uma tecnologia avançada. (FLEISCHFRESSER, 2006, p.10).

As conseqüências negativas provadas por esta intervenção se sobre-saem os vários conflitos sociais e impactos ambientais na região ocasionados por estas novas atividades econômicas que teve como conseqüência o êxodo rural e concentração fundiária. Entre estas regiões, a Amazônia atraiu um grande contingente populacional através das políticas de incentivos fiscais para implantação de novas atividades produtivas. (MELLO, 2006).

Soma-se abertura dos eixos rodoviários que interligavam a região ao restante do país, como a abertura da BR-364 que liga a região centro-oeste a Amazônia Ocidental. A abertura dos eixos rodoviários constituiu-se como verdadeiro paradigma por ter como um dos principais objetivos a alavancagem do desenvolvimento regional, teve entres seus principais efeitos problemas sociais ligados a conflitos de terras, desmatamentos ao longo de margens, além da concentração e formação de grandes latifúndios agropecuários na região. Sendo estes fatores responsáveis por modificarem drasticamente a estrutura fundiária e economia local.

De acordo com o novo cenário rural na região, o desenvolvimento regional adquiriu novas ferramentas na tentativa de reverter esse quadro de estagnação econômica e social arraigados do seu passado. Entre as diversas ações destacam-se atividades produtivas que levam pluriatividades associadas a políticas de financiamentos e a um ambiente social favorável ao desenvolvimento rural, alavancados por programas de acesso a crédito para pequenos e médios produtores familiares.

Fruto desse quadro e de grandes mobilizações políticas surge em 1995, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), estabelecendo um verdadeiro divisor de águas no processo de intervenção estatal na agricultura nacional. Isso ocorre não tanto em termos do volume de recursos atualmente disponibilizados no fomento a esta classe de estabelecimento agropecuário, mas, sobretudo, por oferecer a possibilidade de apoiar não apenas o estrato de produtores integrados aos mercados, mas especialmente um amplo universo de explorações e categorias sociais historicamente excluídas do acesso crédito rural. (SACCO DOS ANJOS, 2005, p. 215).

Conforme sustenta, Fleischfresser (2006), o PRONAF junto Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária – PROCERA e o Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER/Rural, facilitaram o deslocamento de novas frentes de migração nos anos 90 para a região norte. Estas ações foram concretizadas via criação de novos assentamentos rurais pelo Governo Federal através do INCRA. Além desse fator, custeio e investimentos rurais, o acesso ao crédito por pequenos médios



produtores rurais facilitou a inserção de novas ocupações no meio rural que não são inteiramente ligadas ao setor agrícola.

2. ESTRUTURA FUNDIÁRIA DA REGIONAL DO BAIXO ACRE

A ocupação do Estado do Acre se deu seguindo os cursos dos rios desde a época de sua colonização. Em suas margens estruturaram-se núcleos populacionais, que com o tempo constituíram-se vilarejos que se expandiram e se transformaram nas primeiras cidades e municípios. Com o decorrer dos anos nestes municípios, a malha fluvial passou a ter uma importância secundária após a implantação da malha viária que exerceu forte influência na dinâmica populacional.

A malha rodoviária, neste contexto se tornou um fator de fundamental importância para surgimento de núcleos urbanos e para o desenvolvimento regional. Na Regional do Baixo Acre, no seu eixo rodovias surgiram vários núcleos rurais que mais tarde foram elevados à categoria de município, como é o caso de Acrelândia, Bujari, Capixaba e Senador Guionard que se formaram às margens de rodovias estaduais e federais ou estão ligadas diretamente a este fato.

Com o passar dos anos esses núcleos populacionais, assim como os demais municípios cresceram e aos poucos foram dotados de infra-estrutura física e social para o atendimento da população. No caso da Regional do Baixo Acre estes serviços se concentraram na capital do Estado, Rio Branco, que por suas condições socioeconômicas, administrativas e de infra-estrutura que exerce uma função de cidade pólo na microrregião, irradiando e atraindo população regional por seus serviços sociais básicos ou a procura de melhores condições de qualidade de vida.

A estes fatores somam-se aos movimentos migratórios de alguma maneira a reforma agrária e ações governamentais para implementá-las. As diversas formas de desenvolvimento econômico na Amazônia não conseguem integrar de forma homogênea todos os processos de integração econômica nem todas as regiões beneficiam-se das mesmas condições econômicas e sociais. As políticas voltadas para o fortalecimento e para a criação de novas unidades familiares no meio rural terão tanto mais sucesso quanto mais importantes forem as oportunidades de intensificação de suas ligações dinâmicas e diversificadas com espaços urbanos e rurais. (FLEISCHFRESSER, 2006).

Um aspecto de fundamental importância para ocupação e colonização das terras acreanas em tempos mais recentes, foi a intervenção estatal no que se diz respeito à criação e efetivação de políticas públicas para a Amazônia, da criação da infra-estrutura viária, projeto de colonização e financiamento de projetos agropecuários. Todos estes aspectos tiveram entre as conseqüências negativas a especulação imobiliária, a formação de grandes latifúndios rurais e concentração de terras gerando vários conflitos sociais pela luta e posse de terra entre os antigos moradores e novos proprietários. No tocante aos pontos positivos destacamos a democratização das terras para população de baixa renda com a criação de projetos de assentamentos, acesso ao crédito para agricultura familiar e resolução de vários conflitos pela terra.

3. A DINÂMICA POPULACIONAL RURAL DA REGIONAL DO BAIXO ACRE



A estrutura fundiária do Estado foi formada a partir de interesses socioeconômicos que foram transcorridos em diversos períodos de sua história, o que caracterizou a formação de uma estrutura diversa, composta por grandes latifúndios de terras desde os tempos mais remotos até a atualidade. Estas características foram se intensificando em determinados períodos e gerando interesses conforme o grau de valorização das terras, o qual era estipulado segundo os interesses e valores econômicos que estas podiam gerar no momento, proporcionando a formação de distintas estruturas fundiárias complexas em seu uso e na sua posse.

Assim, no final da década de 70 e nos anos 80 o poder público intervém para regulamentação das primeiras terras públicas com destinação à reforma agrária, além de ser uma forma de atenuar com conflitos sociais e desconcentrar as terras acreanas que possuíam o mais alto índice de GINI da federação, o qual chegou até 0,961 no final dos anos 70 no Estado do Acre. Esse percentual corresponde a uma concentração muito forte a absoluta. (INCRA, 2004).

A criação de projetos de assentamento através da reforma agrária foi uma das alternativas de atenuar os conflitos agrários pela posse de terras principalmente na região ao entorno dos grandes eixos rodoviários do Estado, localizados em sua parte oriental nas microrregiões do Alto Acre e Baixo Acre. Acrescenta-se a esses aspectos a busca de alternativas de abastecimento alimentar por produtos agrícolas para os centros urbanos, regulamentação e redistribuição de terras de forma democrática.

Na busca alternativas de desenvolvimento do meio rural nos últimos anos, têm-se buscado ferramentas que viabilizem crescimento das áreas destinadas à reforma agrária nos seus aspectos sociais, econômicos e ambientais nas diversas regiões do país. Entre essas ferramentas, destacam-se os “diagnósticos de sistemas agrários”, que são guias metodológicos para elaboração de Plano de Desenvolvimento Sustentável de Assentamento (PDSA) e Plano de Recuperação de Assentamento (PRA) instituídos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em parceria com órgãos públicos e privados na busca de linhas estratégicas do desenvolvimento rural.

O Estado o Acre vêm sendo elaborados diversos planos de desenvolvimento de assentamentos agrícolas com intuito diagnosticarem a situação socioeconômica dos assentados e buscar programas que efetivem uma melhor qualidade de vida no meio agrícola. Neste contexto, abstraímos nossa objeto de estudo a partir de quatro PRA's, que são os PA Baixa Verde, que possui uma extensão territorial de 5.000 ha, com a capacidade de assentamento de 167 famílias; PA Limeira com uma área de 1.784 ha, com capacidade para 180 famílias; PA Triunfo em uma área de 11.965 ha, com capacidade de assentamento 305 famílias e o PA Colibri com uma área de 1.356 ha com capacidade de assentamento de 42 famílias. A amostra analisada corresponde a 50% da capacidade de assentamento de cada projeto, tendo uma média entre 50% a 60% da população assentada nos referidos projetos no ano de 2005 e 2006.

Os projetos de assentamentos estudados são localizados ao entorno da cidade de Rio Branco, na Regional do Baixo Acre, microrregião geográfica e política do Estado. A cidade mantém uma forte relação com os demais municípios do Estado, estabelecendo a função de pólo regional de serviços sociais básicos, administrativos e comerciais justificando a sua importância como núcleo dinamizador. Estas relações



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



influenciam sua dinâmica populacional, por sua independência e forte relação dos movimentos populacionais para espaço rural/urbano e vice-versa, delineando um novo rural regional.

No que diz respeito à região de procedência dos assentados, o cenário retrata o fenômeno migratório que tem ocorrido em várias regiões do país, com os movimentos populacionais acompanhados a expansão da fronteira agrícola. Nesse passo, a população assentada nos projetos de assentamentos analisados é oriunda do Estado do Acre correspondendo a percentual de 70,75%, concentrados principalmente do município de Rio Branco. Enquanto 29,25 % são procedentes de outras regiões brasileiras, com maior ênfase das regiões do centro-sul do país.

Em relação à população procedente de Rio Branco, podemos detectar o tipo migração cidade/campo por motivações de exclusões econômicas e sociais, características presentes nas áreas urbanas, apresentando características antagônicas de uma zona de atração e expulsão. A população urbana assentada na área rural é oriunda de outras atividades não agrícolas, muitos destes vindos de situações precárias, sem perspectivas de desenvolvimento humano nas periferias da cidade de Rio Branco, a maior concentração populacional do Estado.

A população total analisada no que concerne à questão de gênero corresponde de forma geral a 57,3% do gênero masculino e 42,7% do gênero feminino. A predominância do gênero masculino pode ser explicada pelo trabalho agrícola absolver mão-de-obra masculina com maior eficiência em relação à mão-de-obra feminina. Os PA's que apresentam a maior discrepância de gênero são o PA Colibri e PA Baixa Verde com 63,8% e 60% de predominância homens na sua caracterização populacional.

Tratando estes aspectos de forma particular, por projeto, os assentamentos que estão localizados dentro do município de Rio Branco apresentam o maior índice da população originária do próprio município, se apresentado com áreas de regularização fundiária, principalmente da população excluída da zona urbana. No universo total, os assentados naturais de Rio Branco apresentam o maior índice nos quatro projetos analisados, tendo uma média de 32,9% da população procedente do município.

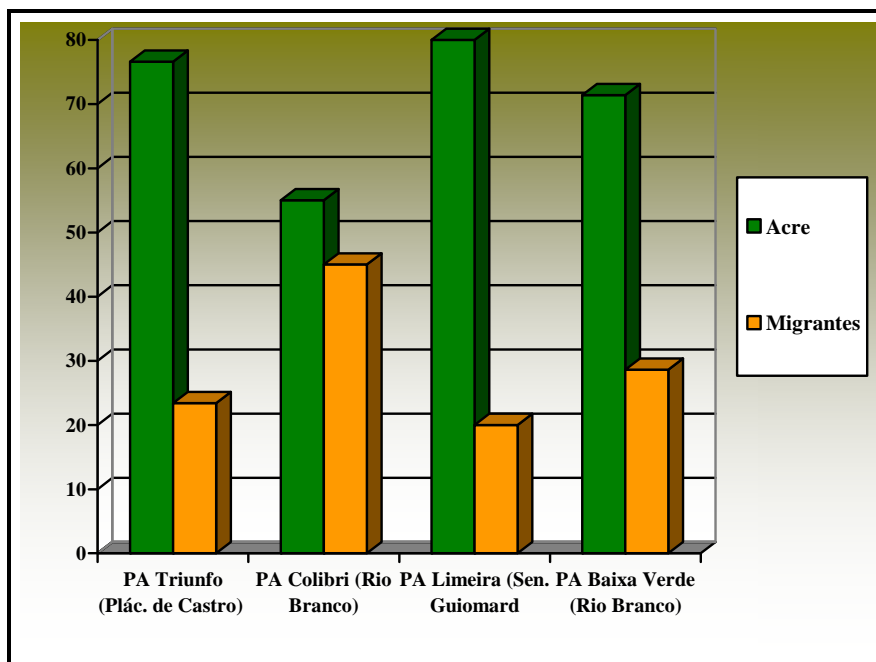


Figura 01: Origem da população assentada
Fonte: SEATER/PRA, 2006

Analisando esses dados de forma mais precisa, apenas no PA Baixa Verde e o PA Colibri, no qual a maioria da população tem procedência do município onde o assentamento está localizado, perfazendo um percentual de 42% e 30%, respectivamente. Já nos demais projetos, a maioria dos assentados é de outros municípios caracterizando migração inter-regional e intermunicipal.

No caso do PA Limeira, apenas 15% dos assentados é de Senador Guiomard, e no PA Triunfo apenas 10% população têm sua origem de procedência no município de localização projeto. Esses dados também possibilitaram detectar o grau de rotatividade dos beneficiários da reforma agrária, que tiveram como meio de obtenção de seus lotes através de transações de compra e venda, correspondendo de forma geral a um percentual de 35% dos entrevistados.

A proximidade destes projetos com núcleos urbanos facilita deslocamentos constantes entre a zona rural e com a cidade de Rio Branco. A população procura estes núcleos, por eles, oferecerem melhor infra-estrutura de serviços sociais básicos na área de saúde e educação, demonstrando a insipiência do poder público no meio rural. Soma-se ao fato que estes locais e destinação final da comercialização do excedente da produção agrícola.

Um outro fator que contribui para essa mobilidade de assentados de forma antagonica é a questão do acesso rodoviário. De principio seria um ponto positivo a localização dos projetos que possibilita maior mobilidade dos assentados. Estes aspectos são influenciados no que diz respeito ao transporte, ao escoamento da produção, à infra-estrutura para energia elétrica e à comunicação, que melhora significativamente a qualidade de vida desses assentados e ao mesmo tempo valoriza as terras para



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



especulação fundiária por grandes latifundiários para implantação de empreendimentos agropecuários. A par disto, podemos associar a esta rotatividade de assentados pela forma obtenção dos lotes, como observados na figura a seguir:

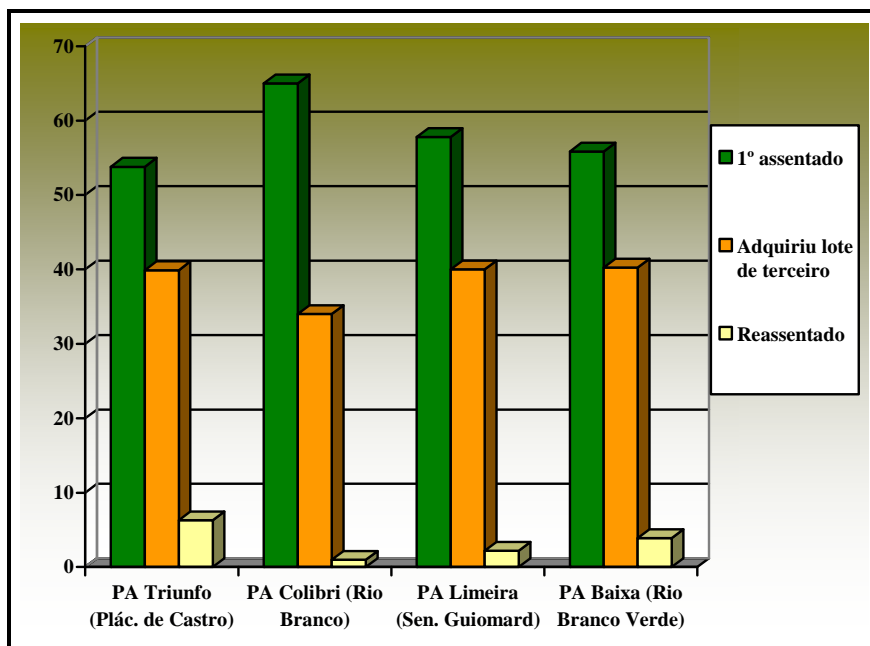


Figura 02: Situação fundiária dos assentados por porcentagem
Fonte: SEATER/PRA, 2006

No contexto dos quatro assentamentos, o PA Colibri apresenta o menor grau de rotatividade, com 65% são os primeiros assentados, sendo que o PA Triunfo apresenta o menor índice com 53,8% são primeiros assentados representando o alto grau de rotatividade da população rural. Enquanto os demais projetos esta rotatividade corresponde em média de 40%. Estes dados quando cruzados com o tempo de residência intensifica o grau de rotatividade, na análise foi observado que os moradores com menos de 10 anos estão diretamente ligados com a forma de obtenção dos lotes através processo de compra e venda de terceiros, como pode ser observado a seguir.

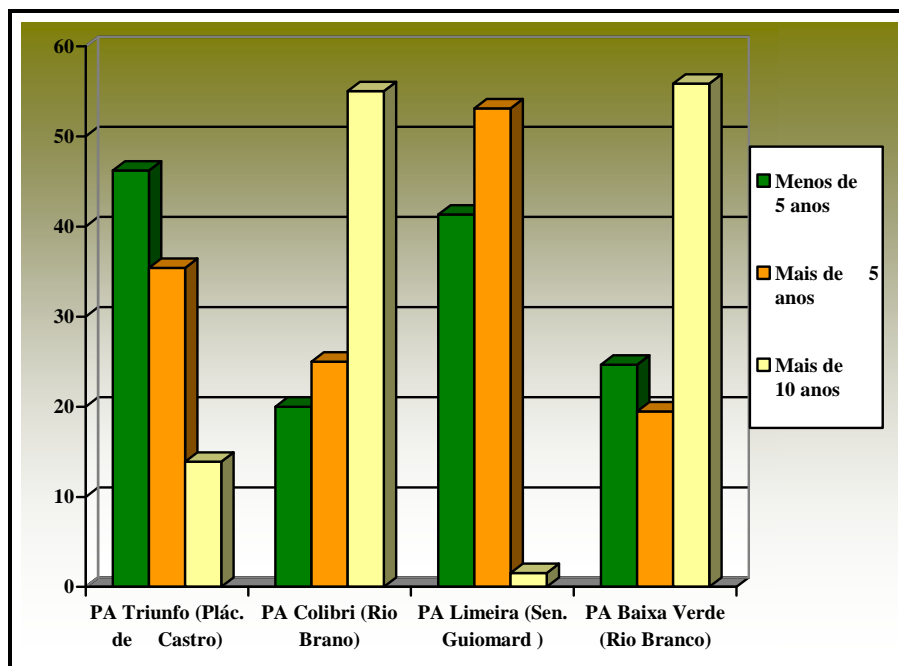


Figura 01: Tempo de residência dos assentados

Fonte: SEATER/PRA, 2006

No que diz respeito ao tempo de residência, muitos assentados são primeiros assentados e residem no lote até bem antes da criação do projeto. Estes moradores foram contemplados com alguns tipos de crédito como Crédito Instalação do INCRA, PRONAF, Procera e FNO, que auxiliaram o custeio da produção como insumos para o uso dos sistemas agrícolas, alimentação e na construção de infra-estrutura das propriedades. Já os assentados que compraram os lotes de terceiros não tem acesso a este tipo auxílio.

O acesso a estes benefícios rurais facilitou a diversificação da produção com inserção de novas culturas no meio rural e de atividades pluriativas. Estas ações tiveram impactos diretos na melhoria da infra-estrutura das propriedades e na melhoria das condições de vida dos assentados. Mas, grande parte da população rural é excluída desse processo, quando associada ao baixo rendimento da produção agrícola e a insipiência do oferecimento dos serviços sociais básicos, fazem com a procura de melhores condições de vida em outras localidades uma realidade constante.

O reordenamento dos grandes latifúndios através redemocratização das terras foi possibilitada através pela reforma agrária não significou a fixação definitiva do homem no campo. Devido à precariedade dos serviços sociais básicos principalmente na área de saúde, educação e assistência técnica fazem com que a população permaneça em constante rotatividade na busca de melhores condições de vida ou sobrevivam em circunstâncias precárias no meio rural. Estes problemas também são associados aos baixos rendimentos agrícolas, tornando-os condicionados a políticas de crédito do poder público que em muitos casos pioram através das dívidas contraídas pelos trabalhadores ou dos novos assentados no caso de compra e venda.



RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da dinâmica populacional dos quatro assentamentos pesquisados possibilitou definir o principal tipo de migração que aconteceu no Estado do Acre, na Regional do Baixo Acre, caracterizada como migração intermunicipal com movimentos esporádicos de outros Estados. Estes aspectos foram observados com maior ênfase da população natural do município de Rio Branco, uma vez que possui os maiores índices populacionais do Estado, exercendo a função de pólo regional de concentração de serviços sociais e financeiros e de infra-estrutura socioeconômica da região. Ao mesmo tempo, a capital apresenta vários problemas de exclusão social e econômica, tornando-se uma área de repulsão populacional em relação aos que buscam melhores condições de vida, aspectos estes, que intensificam o fluxo migratório regional.

Nesse contexto, a dinâmica populacional desses projetos é formada principalmente pela população acreana, a qual recebe influências de fluxos migratórios de várias regiões do país, influenciando o modo de vida no meio rural, acrescentando novas práticas e culturas agrícolas. Portanto, esses aspectos possibilitaram a elaboração do plano de recuperação do assentamento de forma mais precisa, possibilitando uma compreensão social dos assentados, valorizando os conhecimentos regionais agrícolas, possibilitando uma melhor inclusão social às populações assistidas pela reforma agrária. Além de ordenar ações prioritárias para fixação da população, assim como para seu desenvolvimento regional rural no contexto econômico, ambiental e social. Observa-se a contribuição que esta análise, traz ao desenvolvimento regional rural, pois, primeiramente, devem-se entender as questões históricas e culturais que estão associadas ao crescimento social, econômico e ambiental da região, Estado e do assentamento, assim com repensar o papel desses atores no desenvolvimento rural. Assim como, o fator migração e movimento populacional desenham um novo rural na região que se redesenha constantemente devido estes aspectos abordados.

BIBLIOGRAFIA

ACRE. Governo do Estado do Acre. Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Agroflorestal - SEATER. **Plano de Reforma de Assentamento – PRA do Projeto de Assentamento Colibri**. Rio Branco-AC: SEATER, 2006.

ACRE. Governo do Estado do Acre. Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Agroflorestal - SEATER. **Plano de Reforma de Assentamento – PRA do Projeto de Assentamento Baixa Verde**. Rio Branco-AC: SEATER, 2006.



ACRE. Governo do Estado do Acre. Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Agroflorestal - SEATER. **Plano de Reforma de Assentamento – PRA do Projeto de Assentamento Limeira**. Rio Branco-AC: SEATER, 2006.

ACRE. Governo do Estado do Acre. Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Agroflorestal - SEATER. **Plano de Reforma de Assentamento – PRA do Projeto de Assentamento Triunfo**. Rio Branco-AC: SEATER, 2006.

BECKER, Bertha K. A (des)ordem global, o desenvolvimento sustentável e a Amazônia. In: BECKER, B. K.; CHRISTOFOLETTI, A. (et al). **Geografia e meio ambiente no Brasil**. São Paulo-SP: Hucitec, 1995. p.47-64.

BRASIL. Instituto Nacional de Reforma Agrária - INCRA. **Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários – Guia Metodológico**. Brasília-DF: INCRA, 2005.

BRASIL. Instituto Nacional de Reforma Agrária. **Programa de Reforma Agrária para o Desenvolvimento Sustentável do Acre (2004-2007)**. Rio Branco: [s.ed.], 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário**. Brasília-DF: MDA, 2007.

SILVA, J. Graziano da. O novo rural brasileiro. In: **Nova Economia** (Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG). Belo Horizonte-MG, Ano I, V.07, p.43-81, mai/1997.

MARQUES, M^a. Inez M. O conceito de espaço rural em questão. In: **Revista Terra Livre**. São Paulo-SP, Ano 18, N^o. 19, p.95-112, jul./dez., 2002.

MILONE, Paulo C. **População e desenvolvimento: uma análise econômica**. São Paulo-SP: Ed. Loyola, 1991.

SACCO DOS ANJOS, Flávio. (et al). Agricultura familiar e nível de vida em quatro regiões da geografia gaúcha. In: **Redes/Revista do Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul-RS, V.10, n.01, p. 211-235, jan/abr, 2005.

SILVA, A. F. da. **A relação cidade-campo: como analisá-la?** Natal-RN: Ed. Imagem, 1998.

SINGER, Paul. **Dinâmica populacional e desenvolvimento**. São Paul-SP: Ed. Hucitec, 1988.

VEIGA, José Eli da. A Relação Rural/Urbano no Desenvolvimento Regional. In: **CADERNOS DO CEAM**. Brasília-DF, Vol. 17, Fevereiro 2005, pp. 9-22.